



ORGANIZAÇÃO DAS COMUNIDADES E A PARTICIPAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ESCOLAR

Sorái Vaz da Silva¹

RESUMO:

O presente artigo trata da organização das comunidades em direção ao fortalecimento das mesmas, para que sejam autossuficientes na sua gestão e invistam na educação dos seus de forma a construir a autonomia intelectual. A trajetória histórica de uma comunidade, a cultura de se viver em comunidade, ou ainda o exercício da vida em comunidade constrói a identidade que por sua vez produz o pertencimento, portanto o engajamento na busca de soluções. A estrutura das relações horizontalmente estabelecidas favorece a formação de indivíduos ativos e participantes, pois a responsabilidade é negociada e dividida com o grupo, e a Instituição Escolar tem grande colaboração neste processo quando leva a sério a construção do seu Projeto Político Pedagógico, chamando a comunidade e levando-a a participar nesta construção, construindo a identidade da escola e por sua vez do bairro, já que a comunidade abraça e integra a escola.

Palavras-chave: Comunidade, Identidade, Projeto Político Pedagógico.

ABSTRACT:

This article deals with the organization of communities towards the strengthening of them, where they are self-sufficient in managing and investing in the education of their way to build intellectual autonomy. The historical trajectory of a community, the culture of living in community, or the exercise of community life builds identity which in turn produces the membership, so the engagement in finding solutions. The structure of horizontally established relationships favors the formation of active and participating individuals, because the responsibility is negotiated and shared with the group, the School Institution has greatly helped in this process when you are serious about building their Pedagogical Political Project, calling the community and leading her to participate in this construction, building the identity of the school and turn the neighborhood, as the community embraces and integrates the school.

Keywords: Community, Identity, Political Pedagogical Project.

¹ Professora do Centro Universitário Autônomo do Brasil — UniBrasil, Graduada em Pedagogia, Especialista em Metodologia de Ensino, em Psicopedagogia, em Gestão Pública e MBA em Gestão de Pessoas. E-mail: soraisilva@unibrasil.com.br

1. ORGANIZAÇÃO DAS COMUNIDADES E A PARTICIPAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ESCOLAR

A organização das comunidades há muito tem sido preocupação dos estudiosos que objetivam uma modificação na postura dos indivíduos frente às condições de vida encontradas por eles, frente aos problemas de relacionamento e, principalmente, frente ao desafio de buscar soluções que visem alçar voos em direção ao fortalecimento das comunidades, para que estas sejam autossuficientes em sua gestão e invistam na educação dos seus, de forma a construir autonomia intelectual.

Esta foi minha preocupação por ocasião do Trabalho de Conclusão da Pós-Graduação em Gestão de Assuntos Públicos, na Pontifícia Universidade Católica do Paraná no ano de 2005, cujo título era Conceituação da Parcela Comunitária.

O que são estas comunidades organizadas? Não se pode desconsiderar que ao longo de décadas governos têm se utilizado dos “trabalhos com comunidades” se autopromovendo e pouco se interessando quanto ao avanço destas comunidades; isto ao longo do tempo descaracterizou estes espaços e as comunidades mais pobres foram utilizadas como passaporte político para oportunistas, perdendo no curso da história suas identidades dentro das campanhas sociais, políticas, religiosas e ambientais.

A importância em se fortalecer comunidades reside numa concepção geral de que a fuga do subdesenvolvimento só é alcançada quando se consegue articular atitudes que geram possibilidades na resolução inteligente de problemas sempre na busca do “MAIS”.

Esta organização produz efeitos maiores quando em micro sociedades, ou seja, bairros, cidades pequenas ou entornos de entidades, pois o conceito nuclear de qualquer comunidade é a interatividade, na medida em que esta forma aquela; assim, para haver sociedade ou comunidade basta que haja convivência entre os pares.

A ideia é antiga. Não são poucos os registros através da história de pequenas comunidades, grupos que se organizaram frente às dificuldades mais diversas e acharam a solução criativa mais adequada ao problema, alcançando assim a melhoria do grupo. Mas o que falta é um território teórico seguro quanto à gênese desta comunidade organizada.

Os que através dos anos se utilizaram do termo “desenvolvimento de comunidades” tiveram problemas, por não chegarem a um consenso sobre o que seria “a comunidade”. Está confusão é oriunda do fato de que o cidadão perdeu ou está perdendo o sentido de comunidade ou a experiência da comunidade. Isto foi relatado por Willian Biddel em seu livro Desenvolvimento da Comunidade, em 1967, o fato é que perdura até hoje.

Recentemente o termo “Parcela Comunitária” tem sido utilizado para evidenciar estas comunidades que se organizam ou que potencialmente possam se organizar na busca da emancipação intelectual, mas o que vem a ser esta “Parcela Comunitária”?

Na busca da definição deste germe formativo da comunidade ativa, empreendi um estudo em 2005, na Pós-Graduação em Gestão Pública. Foi uma pesquisa que me permitiu garimpar dentre os diversos conceitos aqueles que se aproximavam da verdade através de uma análise séria, na coleta imparcial de material publicado e de uma modesta, mas eficaz pesquisa de campo, que permitiu uma definição do que é Parcela Comunitária. O método de pesquisa utilizado foi o de Delphi, que consistiu na entrevista dos cinco membros mais influentes do setor zonal, bairro ou locais demarcados.

No estudo realizado utilizaram-se quatro formas de reconhecimento da verdade: possibilidade, verossimilhança, probabilidade razoável e certeza absoluta. A aplicação deste método de leitura de mundo, por assim dizer, permitiu a busca da verdade quanto à formação desta comunidade ativa, “Parcela Comunitária”, pois esta se perdeu entre tantos modismos e campanhas sociais, políticas e ambientais; assim, da análise e comparação do que se tem escrito a respeito chegou-se a um resultado próximo da verdade.

Uma comunidade atuante, uma “Parcela Comunitária”, tem características que saltam aos olhos, revelam que não são comunidades mortas e sim comunidades vivas.

Uma comunidade morta é o que vulgarmente se chama “bairro dormitório”, aonde as pessoas chegam apenas para dormir, não conhecem seus vizinhos, não têm tempo nem lugar para lazer local, não se importam com seu entorno, nada lhes dá sentido de coletividade ou pertencimento.

Já uma comunidade viva guarda em si uma cumplicidade cheia de identidade, responsabilidade, cultura, compartilhamento, capaz de uma reação

civilizada diante de uma ameaça; uma localidade que interage troca ideias, crianças e adultos se divertem juntos, há pessoas com atitudes coletivas.

O que gera esta diferença é o que originou esta pesquisa, segundo Peter Drucker (1998) as mudanças demográficas que fixaram o homem à terra e o tornaram sitiante tomou milhares de anos de nossa existência como seres humanos. No entanto a mudança demográfica que o mundo vive hoje levou pouco mais de um século. A raça humana não está preparada para enfrentar esta mudança. Drucker define como chave de sobrevivência saudável desta nova sociedade o desenvolvimento das comunidades.

Não se trata aqui de encarar este desafio como o de criar comunidades forçadas, mas o que se busca é um interesse comum que respeite cada indivíduo e seu crescimento. Para Wheatley e Kellner-Rogers, as comunidades precisam manter a comunicação entre as comunidades e entre seus indivíduos, respeitar a convivência individual e respeitar o todo.

Uma definição acertada seria que a comunidade tem necessidade de liberdade individual e necessidade de inter-relação entre os componentes. É como se a liberdade individual definisse as fronteiras do outro e a troca entre os membros mantivesse este organismo vivo e unido. Um organismo vivo não pode ser direcionado. A vida aceita parceiros e líderes. Individualismo e comunicabilidade são necessidades prementes para a existência de uma comunidade saudável.

Esta ideia é corroborada por Wenger (2003), pois a comunidade saudável e atuante segue seu próprio procedimento, não pode ser influenciada, manipulada, enganada, coagida ou intimidada, mas o poder da comunidade – bom ou mau – está na negociação entre seus membros; a negociação do objetivo a ser perseguido.

Em outras palavras a comunidade sabe por que está junto e tem um acordo velado ou explícito de como agir junto quando necessário, com exigências, mas com o mínimo de especificidades, pois este mínimo não invade a individualidade necessária à comunidade saudável.

Uma comunidade saudável e atuante precisa de liderança e não de chefia. A conexão entre os membros transforma a diversidade e dons particulares em facilitadores para a melhoria comum, desde que se mantenha o

objetivo inicial ou negociado entre a comunidade. Esta afirmação traz em seu bojo a pergunta “*por que estar juntos?*”.

A resposta a esta pergunta é simples, entretanto absolutamente complexa em sua definição. A identidade do grupo e a confiança entre indivíduos é que faz a comunidade atuante ou “parcela comunitária”.

Wheatley e Kellner-Rogers, no livro organizado por Peter Drucker (1998) definem três regras que auxiliam a criação de uma comunidade vibrante, estas são: primeira, tomar conta de si mesmo; segunda, tomar conta do outro; e terceira, tomar conta do lugar. Tal atitude afina a sintonia da comunidade e focaliza o objetivo, mas ao mesmo tempo dá abertura necessária ao individualismo saudável, ou seja, cada um contribui para o propósito comum com o melhor de si.

Não se pode esquecer que histórica e antropologicamente o conceito de comunidade é anterior ao conceito de individualidade. O indivíduo não está diferente ou separado da comunidade.

Complementando as regras citadas anteriormente temos ainda três dimensões que devem estar no coração da comunidade, são elas: compromisso mútuo, objetivo articulado e repertório compartilhado, estes são uma espécie de cimento que une as pessoas.

Compromisso mútuo (Wenger, 2003) dos participantes de uma comunidade não é desrespeito à individualidade, mas sim um ganho para a comunidade, pois é decorrente da negociação entre todos, portanto da comunidade nasce o objetivo comum, o alvo a ser conquistado. Isto requer interação e confiança entre pessoas. Não existe comunidade se não existir esta interatividade e esta reside na riqueza da diversidade. A proximidade geográfica é outro fator que potencializa a interatividade.

Objetivo articulado (Wenger, 2003) é o resultado de um processo de negociação coletiva. A proposta negociada para uma determinada situação pertence ao grupo em profundo grau, criando entre os participantes uma responsabilidade coletiva que se torna integrante da comunidade. É digno de nota que esta concepção, segundo Wenger, não requer homogeneidade ou acordo em todos os sentidos, mas, sim, cumplicidade da comunidade na execução do objetivo negociado. Os efeitos desta ação não necessariamente precisam ser uniformes para todos, mas sim um produto coletivo.

Repertório Compartilhado (Wenger, 2003): esta terceira dimensão é o recurso de desenvolvimento de comunidade, pois esta cria soluções por negociação significativa, ou seja, resultado da interação da comunidade na busca da resolução dos seus problemas. Os elementos deste repertório podem ser muito heterogêneos, no entanto ganham coerência não em si mesmos como símbolos ou atividades, mas sim no fato de pertencer à prática da comunidade que persegue um objetivo comum.

Para que estas dimensões ou regras possam se estabelecer, há necessidade da manifestação da *identidade*.

O contexto desta identidade é o território conhecido, resultante da interação entre os membros da comunidade, do envolvimento com os outros na busca de um objetivo comum e no compartilhamento de recursos através da comunicabilidade.

É necessário compreender que a identidade é um fenômeno fundamentalmente temporal, constante, pois é construído no contexto social (Wenger, 2003). A temporalidade da identidade é mais complexa que uma linha linear do tempo e principalmente é definida com respeito a interações convergentes e trajetórias divergentes. Estas diferentes trajetórias dão à comunidade diferentes perspectivas de participação.

A trajetória histórica de uma comunidade, a cultura de se viver em comunidade, ou ainda o exercício da vida em comunidade, constrói a identidade que por sua vez produz confiança.

Os chineses, o povo judeu, os indianos são etnias que guardam em seu ventre histórico a vida em comunidades. Observa Putnam (2000) que os exemplos de parcelas comunitárias ou comunidades cívicas organizadas na Itália remontam ao período medieval, apresentando atualmente reflexos desta origem.

Menciona Putnam que historicamente cidades como Florença, Veneza, Bolonha, Gênova e Milão eram comunas estabelecidas com alta participação popular, mesmo que este direito fosse cerceado a alguns, a república comunal era igualitária e liberal. Ao longo do tempo estabeleceram-se as *guildas* que propunham no ano de 1303 DC, em seus estatutos, assistência fraternal, hospitalidade e ajuda em caso de doença. A violação destes princípios, por assim dizer, significava o ostracismo social.

Quando Wenger (1998) define que a identidade é um construir temporal, diferente e mais complexo que a linha do tempo, isto é corroborado pelo estudo de Putnam, pois numa análise do mapa da Itália de 1.300 DC e 1970 DC, pode-se nitidamente observar que cidades com experiências bem sucedidas de comunidades cívicas atualmente são aquelas que já em 1.300 DC vivenciaram a república comunal.

Os indivíduos ativos são um recurso para ação tanto na família como na comunidade organizada (parcela comunitária) e este é decorrente do fluxo de ações dentro do contexto social. Para Solow, no livro de Partha DASGUPTA, a confiança só é construída por repetidas exibições de comportamento fidedigno em circunstâncias similares. Assim sendo é na alta interatividade que se estabelece a confiança, que gera a identidade e dela nasce os indivíduos ativos e participantes em seu meio.

Para Coleman, também no livro de Partha DASGUPTA, estas relações são obrigação, expectativa e confiabilidade das estruturas. Precisam de normas e sanções efetivas que aparecem da interatividade horizontal.

A estrutura das relações horizontalmente estabelecidas favorece a formação de indivíduos ativos e participantes, pois a responsabilidade é negociada e dividida com o grupo. Coleman enfatiza que indivíduos ativos são gestados no fluxo de ações no contexto social propício.

Como a Instituição Escolar pode influir positivamente na organização da comunidade? Uma pergunta extremamente interessante, pois a escola inserida na comunidade deveria também ter sua identidade em acordo com seu entorno.

O efeito dos cidadãos ativos, exercido dentro de uma comunidade, é o gérmen de formação de novos participantes ativos na próxima geração. Para Putnam é uma tradição, uma cultura que aprimora gerações. Isto envolve dedicação e aprimoramento na criação dos filhos. Uma comunidade com grande participação dos pais na vida escolar de seus filhos e na escola é uma comunidade de alta interatividade e com grande possibilidade de geração de indivíduos ativos na comunidade em que estão inseridos.

Não se pode esquecer que é imprescindível a uma comunidade organizada a existência de um parceiro que tome a frente das negociações e

que visualize, no aglomerado de ideias negociadas, a solução, ou seja, o caminho a ser trilhado pela comunidade na busca do objetivo.

Exercer a liderança desta forma não é tarefa fácil. Exatamente por isso é que se presenciavam tão poucos exemplos de comunidades de sucesso. Entretanto isto é possível.

A pesquisa de campo auxiliou a constatar que não há comunidades organizadas na cidade pesquisada. Isso se deu pela verificação de baixa interatividade entre os indivíduos e entre os bairros.

Não se verificou uma unidade nos objetivos. As pessoas, de forma geral, jogam a responsabilidade para as instâncias governamentais, esperando o pronto e acabado. Não têm o hábito de se informar sobre seu entorno e, o mais importante, não participam da vida escolar dos seus filhos.

Mas até onde a Instituição Escolar é responsável por esta situação é uma indagação que muito intriga os pedagogos e professores engajados em uma educação que tenha por base a emancipação intelectual dos membros de uma escola e conseqüentemente da comunidade que a abraça.

O que ficou evidente no espaço delimitado para a pesquisa foi a ausência de indivíduos interessados em participar. Isto ocorre por inexistência da identidade, da confiança, da interatividade, da corresponsabilidade, da negociação dos objetivos, das regras de reciprocidade; ou seja, uma carência para a cultura da vida em comunidade.

A dificuldade reside na necessidade da liderança, qualidade esta, no Brasil sistematicamente esterilizada, assassinada no ventre de sua formação, num processo de colonização e estruturação vertical.

Como estimular a liderança saudável e não ditatorial ou demagógica? A educação, não necessariamente a sistematizada, mas a prática da comunidade apoiada em recursos intelectuais e não nas ações “politiqueiras” pode contribuir para estimular tal liderança.

Buscar a identidade do grupo, do bairro ou da comunidade é o primeiro passo para que se estabeleçam condições necessárias à interatividade. A construção da identidade é o primeiro passo para a confiança e esta, necessidade para relações sociais saudáveis e produtivas.

A Instituição escolar quando leva a sério a construção do seu Projeto Político Pedagógico, chamando a comunidade e levando-a a participar nesta

construção, dá a sua participação efetiva no primeiro passo a construir a identidade da Escola e por que não do bairro, já que a comunidade abraça e integra a escola.

São de extrema importância as escolas como núcleos de exercício de construção da identidade do lugar. Núcleo de desenvolvimento da confiança e exercício da reciprocidade generalizada. Um espaço escolar além-muros onde a comunidade se sinta parte desta.

Os líderes nascem da prática social. Esta advém de necessidades claras. Favorecer, porém espaços de interação, propiciar assuntos ou objetivos para juntos se discutirem e encontros com os mais resistentes, isto favorece a temporalidade necessária à formação da identidade, segundo Wenger (2003).

Entendendo a educação em sentido amplo, pode-se produzir a identidade em longo prazo, com fases e ritmos que mudam, permitindo a alta interatividade horizontal, em que o exercício da negociação fortaleça o grupo para o seu próprio conhecimento e para a cooperação voluntária.

Quando se concebe a construção do Projeto Político-Pedagógico na escola como processo coletivo torna-se necessário pensar a organização do trabalho pedagógico com base nos alunos e na comunidade em que estes vivem. Incorporando as responsabilidades, sem esperar que as esferas administrativas superiores resolvam os problemas e pronto.

O termo projeto vem do latim *projectu*, ou seja, lançar a frente. Ao se construir os projetos das escolas, deve se planejar o que se tenciona fazer, realizar, buscando inserir a comunidade, pois esta também deve participar no que se pretende para os seus filhos (Veiga 2002).

Isto põe sentido à afirmação de Gadotti de que “as promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores”.

Neste sentido o projeto político-pedagógico é um documento que viabiliza atividades, media ações e decisões, conduzindo e analisando os seus resultados e impactos. Constrói-se e se vive a todos os momentos, por todos os participantes no processo educativo da escola, e a comunidade que abraça a escola é parte integrante desta.

Este planejar é uma ação propositada, com um sentido explícito, com compromisso definido coletivamente. Isto implica que todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político.

Beneficia a existência democrática, quando formulado num processo democrático de decisões, prima por implementar uma forma de organização do trabalho pedagógico na sua globalidade, uma forma de organização horizontal, conforme exposto anteriormente, todos são responsáveis pelos erros e acertos e pelas decisões tomadas.

O importante é que na construção do Projeto Político Pedagógico que ocorre dentro da relativa autonomia da escola, da sua capacidade de descrever sua própria identidade, resgata a escola como ambiente público, espaço de debate, do diálogo, constituído na reflexão coletiva. Assim é que se deve entender o projeto político-pedagógico da escola dando indicações necessárias à organização do trabalho pedagógico, incluindo na dinâmica interna da sala de aula o trabalho do professor e como este influencia o indivíduo que atua na comunidade além-muro da escola.

A liderança, tão necessária ao estabelecimento da comunidade atuante, pode ser despertada através da prática interativa de negociação das prioridades, das necessidades e da busca para a solução que melhor atenda os objetivos do grupo, esta discussão deve iniciar no espaço próprio para discussão do que se espera para o futuro através da atuação da instituição escolar, ou seja, este espaço deveria ser a ocasião em que se discute a construção do Projeto Político Pedagógico.

É através da construção deste projeto que podemos conhecer a questão, pois ação ou intervenção pressupõe conhecimento prévio, é necessário conhecer o real atual e principalmente o que se deseja alcançar.

Através da análise de material escrito por estudiosos das comunidades bem sucedidas pode-se levantar possibilidades. Ou seja, para existência de uma comunidade ativa, é necessário um forte vínculo de identificação, alto grau de confiança, interatividade entre membros e entre outras comunidades, uma cultura de vida em comunidades, a disposição de sacrificar-se pelo outro ou pelo bem comum, a capacidade de prevenção, a capacidade de enumerar objetivos e negociar soluções; este espaço necessariamente deveria nascer na Instituição Escolar, pois há um Projeto Político Pedagógico que permite esta ação, desde que realizado adequadamente e não apenas para cumprir uma obrigação legal.

Desta forma, para a existência de uma comunidade atuante ou parcela comunitária, como definem alguns, é necessário que estes fatores estejam organizados horizontalmente, pois assim todos são coautores, corresponsáveis, pertence ao todo, gerando o pertencimento.

As regras de Wheatley e Kellner-Rogers ou as dimensões de Wenger só podem existir em campo fértil, com alto grau de participação de indivíduos segundo Robert Putnam, pois este facilita a interatividade, condição *sine qua non* para o nascimento e manutenção da comunidade.

Uma comunidade é uma composição de pessoas que apresentam características específicas, organizadas em bairros, ou grupos de profissionais, com uma delimitação espacial que favorece a identidade e a confiança. Organizadas desta forma estabelecem um vínculo horizontal no processo, pois este amplia a comunicação e a interatividade, que por sua vez geram maior quantidade de interessados em participar e fortificam os vínculos da comunidade.

Entendendo o Projeto Político Pedagógico como um meio facilitador para se alcançar um cidadão que seja atuante na sociedade em que vive, começando por sua comunidade, uma nova organização sob a construção do projeto político-pedagógico que é um instrumento de luta, uma forma de rebater a fragmentação do trabalho pedagógico e sua rotineirização, criando assim um ambiente favorável à discussão e busca de soluções, que podem ir além do espaço escolar.

A Instituição Escolar quando atua dentro de sua função, que é a de dotar os membros participantes desta do conhecimento sistematizado acumulado historicamente, ela cumpre sua função social que é a educação no seu sentido ampliado, ou seja, enquanto prática social que se dá nas relações sociais que os homens estabelecem entre si, nas diversas instituições e movimentos sociais, sendo, portanto, constituinte e constitutiva dessas relações.

Assim, a escola, é um aglutinador de pessoas interessadas em um bem comum que deve ser definido e defendido pela comunidade escolar e pela comunidade que a envolve. A escola pertence ao meio e neste influi e é influenciada por este.

Assim, a participação da Instituição Escolar na Organização das Comunidades se dá por meio da concretização da função social da escola de forma ampliada além-muros escolares, de forma a estabelecer a sua própria identidade e auxiliar na construção da identidade da comunidade que a encerra.

REFERÊNCIAS

BATTEN, Thomas R. **El enfoque no directivo en el trabajo social de grupo y comunidad**. 1. ed. Euramerica, 1969.

BIDDLE, Willian W. **Desenvolvimento da Comunidade, A redescoberta da Iniciativa Local**. 1. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1967.

_____. **Growth toward Freedom**. 1. Ed. New York: Haper and Row, 1957

BLAU, P. **Approaches to the Study of Social Structure**. 1. ed. New York: Free Press, 1975.

CARROLL, Willian. **Organizing Dissent: Contemporary Social Movements in Theory and Practice**. 2. ed. Toronto: Gramond Press, 1992.

COLEMAN, James. **Individual Interests and Collective Action**. 1. Ed. Cambrige: Cambrige University Press, 1986.

_____. "Norms as Social Capital". In Rdnitzky, G. and Bernholz, **Economic Imperialism**, p. 133 – 155. 1. ed. New York: Paragon, 1987

DRUCKER, Peter. **The Community of the Future**. 1. Ed. San Francisco: Drucker Foundation, 1998.

DASGUPTA, Partha. **Social Capital: A Multifaceted Perspective**. Herdon: Office Of the Publicher, 2000.

FEUERSTEIN, Marie-Thérèse. **Avaliação: como avaliar programas de desenvolvimento com participação da comunidade**. 1. ed. São Paulo: Paulinas, 1990.

GREENWOOD, Daphne T. **Measuring quality of life with local indicators**. Internet:< <http://web.uccs.edu/ccps/QOL6^{al}Levy.2001.html>>Acesso em: 10 de julho. 2005

NASSER, José Monir. **A Economia do Mais**. 1. ed. Curitiba: Tríade, 2003.

NASSER, Patrícia Maria Meirelles. **Caso “Vida em Jacksonville: Indicadores de qualidade de vida para o progresso”**. Curitiba: Avia Internacional, 1997

PARSONS, T. **The structure of Social Action**. 1. ed. New York: Free Press, 1962.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia a experiência da Itália Moderna**, 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (org). **Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível**. 2a edição Papirus, 2002.

WENGER, Etienne. **Communities of Practice**. 6. ed. New York: Cambridge University Press, 2003.